

URBANO, Michel Martin. Proposta de recuperação de área degradada por atividade minerária no município de Piracaia-SP. Bragança Paulista, SP: FESB, 2006. (IMPRESSO)

RESUMO

A atividade mineraria na extração de argila para confecção de tijolos e outros tipos de cerâmicas, em atendimento à expansiva área da construção civil, tem sido de grande expressividade em toda região Bragantina ao longo de sua história. No entanto, este é um tipo de empreendimento que necessita de licenciamento ambiental para a regularização de suas atividades que é feito de forma integrada entre os órgãos competentes nas esferas nacional, estadual e municipal. Contudo, esta pesquisa teve como objetivo a elaboração e apresentação de um PRAD (Plano de Recuperação de área degradada) ao órgão estadual competente DEPRN (Departamento Estadual de Proteção dos recursos naturais), subordinado à SMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), em atendimento à notificação da Promotoria de Justiça da Comarca de Piracaia no sentido de propor ações para obter a recuperação da A.P.P. (Área de Preservação permanente) existente na propriedade (olaria) situada no município de Piracaia. A recuperação. A recuperação proposta através do reflorestamento heterogêneo com espécies arbóreas nativas da região. Isto se deve o fato de que o tipo de atividade exercida é considerado de alto impacto onde são removidos, constantemente, o solo e a vegetação existente. Contudo, procurou-se buscar conceitos e definições de área degradada, restauração e recuperação de ecossistemas, além de enfatizar a importância e funcionalidade das matas ciliares. Outro assunto relevante são características físicas e sócio-econômicas da área, tema imprescindível na identificação dos impactos ambientais gerados e na escolha do modelo de recuperação a ser adotado. No entanto, o projeto visa propor diretrizes nas tomadas de decisão referentes à estabilização do solo, ao modelo de reflorestamento a ser utilizado e as técnicas empregadas. Para que o projeto seja submetido à aprovação do DEPRN faz-se necessária a apresentação de documentos, plantas e mapas como subsídio às informações técnicas prestadas, que procuram propor medidas e procedimentos para a futura formação de um novo ecossistema composto por mata nativa, conforme determina a legislação ambiental vigente.